

**Acontecimentos sobre fatos ou fatos sobre acontecimentos?***Events about facts or facts about events?*

Gilvan Ferreira de ARAÚJO<sup>1</sup>  
Paulo Henrique Basílio SANTANA<sup>2</sup>

**Resumo**

Este artigo propõe uma discussão epistemológica que procura investigar se fatos e acontecimentos podem ser entendidos como objetos do jornalismo de forma singular ou se cada um tem suas distinções de tempo e espaço? Na tentativa de buscar uma resposta, a metodologia adotada trata-se de uma análise bibliográfica em torno do tema, cuja abordagem apresentada procura dar conta da discussão conceitual em duas partes. Na primeira, procura-se abordar sobre as principais discussões em torno de fatos e, na segunda, é feito o mesmo movimento na investigação das principais abordagens teóricas sobre os acontecimentos, apresentando algumas distinções que apontam para o entendimento singular de cada um dos conceitos. A principal conclusão deste artigo é a de que a existência dos acontecimentos só é possível através do processo de produção da notícia, através do qual os fatos são tratados pelo jornalismo e alcançam a visibilidade midiática.

**Palavras-chaves:** Fatos Acontecimentos. Notícia. Jornalismo. Construção da realidade.

**Abstract**

This article proposes an epistemological discussion that seeks to investigate whether facts and events can be understood as objects of journalism in a unique way or whether each has its distinctions of time and space? In an attempt to find an answer, the adopted methodology is a bibliographical analysis around the theme, whose approach presented seeks to account for the conceptual discussion in two parts. In the first, it seeks to address the main discussions around facts and, in the second, the same movement is made in the investigation of the main theoretical approaches to the events, presenting some distinctions that point to the unique understanding of each of the concepts. The main conclusion of this article is that the existence of events is only possible through the news production process, through which facts are treated by journalism and achieve media visibility.

**Keywords:** Facts. Events. News. Journalism. Construction of reality.

---

<sup>1</sup> Doutor em comunicação pelo PPGCOM da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Centro Universitário Promove. E-mail: gilvan.araujo@uol.com.br

<sup>2</sup> Doutorando pelo PPGCOM da UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. Professor de especialização da PUC Minas. E-mail: paulobasilio28@gmail.com

## Introdução

O ditado popular que diz: “contra fatos não há argumentos” é a provocação inicial que nos moveu a escrever este artigo. Afinal, nosso entendimento passa exatamente pela ideia de que existem sim vários argumentos a serem ponderados sobre os fatos, como por exemplo, sua proximidade conceitual com notícias, eventos, casos ou coisas. A proposta deste artigo é olhar para o conceito de fatos e confrontá-lo com a ideia de acontecimentos, procurando investigar se fatos e acontecimentos podem ser entendidos como objeto do jornalismo de forma singular ou se cada um tem suas distinções de tempo e espaço? Ao abordarmos os conceitos de fatos e acontecimentos neste artigo, partimos da perspectiva de que os dois estão diretamente relacionados ao Jornalismo, mas existem distinções que são uma demonstração clara e importante de como o discurso informativo é construído e sua narrativa trata das transformações cotidianas. Nas redações, as notícias são abastecidas por informações de valor excepcional, raridade e ruptura de padrões sociais. Esses critérios de interesse jornalísticos geralmente são denominados tecnicamente de “valor-notícia” ou “valor de notícia”, mas tais valores estão ligados aos fatos ou aos acontecimentos?

Aos *news value*<sup>3</sup>, podemos somar os de atualidade, proximidade, impacto e interesse público. Mas, outras terminologias são possíveis. Segundo Sodré (2009):

Galtung e Rose identificaram (em 1960 – *grifos nossos*) os seguintes valores: frequência, amplitude (intensidade absoluta e aumento de intensidade), clareza ou falta de ambiguidade, relevância (proximidade cultural e destaque social), consonância/conformidade (previsibilidade e demanda), imprevisibilidade (raridade), continuidade, composição, referência a nações de elite, referência a pessoas de elite, referência a pessoas (personificação) e referência a algo negativo (negacionismo). (SODRÉ, 2009, p. 21).

Sodré (2009, pp. 21-22) argumenta que as terminologias dos valores-notícias podem variar, além do tempo, “de acordo com o lugar do fato, do nível de reconhecimento social das pessoas envolvidas, das circunstâncias da ocorrência, da sua importância pública e da categoria editorial do meio de comunicação.” Assim, o próprio conceito de notícia pode apontar alguns caminhos. Os manuais de redação estão cheios de definições,

---

<sup>3</sup> *New value* é a expressão em inglês para “valor-notícia”.

mas que representam muito mais sobre uma conduta prática profissional, do que um conceito, por exemplo: “notícia é tudo aquilo que o leitor precisa saber” ou “A melhor notícia é a que interessa ao maior número de pessoas”. Geralmente, tais definições apontam para um aspecto da notícia. Para Sodré (2009, p. 25), “A notícia é mesmo uma forma incipiente da ‘economia da atenção’ que terminou caracterizando a mídia contemporânea.” Também podemos entender a notícia como um produto (MEDINA, 1988), cuja produção é cara.

Sob a ótica de um modelo funcionalista construtivista da teoria do *newmaking*, podemos entender a notícia como uma forma de construção da realidade. Pela teoria instrumentalista, um serviço objetivo a determinados interesses políticos. Independente do enquadramento por onde se olha, podemos perceber que o jornalismo não é um reflexo, mas uma construção social de uma realidade específica.

Esse processo de construção da realidade se dá da forma como aponta a teoria organizacional (Pena, 2008). Jornalismo é um negócio cuja rotina industrial é atravessada por vários discursos oriundos de fatos significativos, ou seja, “acontecimentos”, a que se dá o nome de notícias. Então, podemos dizer que fatos e acontecimentos são a mesma coisa?

Antes de nos anteciparmos em uma resposta (que será construída ao longo deste artigo), é importante dizer que o conceito de acontecimento é atravessado por diversos contextos e significados. Sob o ponto de vista comunicacional, autores como Pontes e Silva (2010), Vogel (2010), Simões (2012) e França (2017) procuram compreender e desvendar as especificidades do acontecimento e a lógica de constituição da notícia. O entendimento é de que o acontecimento é acionado para tratar de produção da realidade, e essa produção ocorre através da mídia por meio de notícias, assim notícia e acontecimento são constantemente imbricados para melhor compreensão dessa produção da realidade. Mas, nesse contexto, onde se situa o fato? É sobre isso que falaremos no capítulo a seguir.

### **Fatos: abordagens**

Para o escritor e romancista Maurice Blanchot (1907-2003), citado por Sodré (2009, p. 26-27): “a narrativa não é o relato do acontecimento, mas o próprio acontecimento, a aproximação desse acontecimento, o lugar onde este é chamado a se

produzir, acontecimento ainda por vir e por cujo poder de atração a narrativa pode esperar, também ela, realizar-se.” Neste caso, o acontecimento só passa a existir a partir do momento em que é noticiado.

Já na concepção do crítico literário estruturalista Gérard Genette (1930-2018), também citado por Sodré (2009, p. 27), “a narrativa é o enunciado narrativo, o discurso oral ou escrito que assume a relação do acontecimento ou de uma série de acontecimentos.” Esta concepção, ao contrário da de Blanchot, aponta para a pré-existência do acontecimento. Assim, a notícia seria um enunciado narrativo.

De acordo com Sodré (2009, p. 27), uma terceira posição baseia-se na estrutura linguística do texto que, segundo as teorias da narrativa, privilegia a referência, ou seja, aquilo a que se refere ou designa o enunciado. Assim, diz Sodré (2009, p. 27), “Na notícia, que é uma estratégia ou gênero discursivo essencialmente jornalístico, o acontecimento referido obriga-se a ser verídico (real-histórico) e a obedecer à técnica corrente na prática do jornal.” De acordo, com o autor (*Ib.* 27), “o real da notícia é a sua “factualidade”, ou seja, a sua condição de representar um fato por meio do acontecimento jornalístico.” Desta perspectiva, podemos deduzir que os fatos fazem parte do acontecimento jornalístico, assim o acontecimento está no jornalismo e não fora dele.

Conforme Costa e Jon-Samuel (2015), “A razão de ser do jornalismo é dar aos fenômenos sociais o caráter de acontecimento, considerando os critérios de noticiabilidade e visibilidade.” Tal concepção aponta para a ideia temporal de que os fatos antecedem aos acontecimentos, mas só passam a existir a partir do momento em que são trabalhados e divulgados dentro da linguagem jornalística. Por isso, podemos reforçar a ideia de que em um mundo cada vez mais digitalizado e midiático, os acontecimentos não existem se não aparecerem na mídia e, para que isso aconteça é necessário que existam fatos que sustentem esses acontecimentos.

Segundo Immanuel Kant (1724-1804), existem duas fontes de conhecimento: a sensibilidade (intuição) e o entendimento (conceitos). O conhecimento, dessa maneira, tem origem em juízos universais, mas também sobre influência da sensibilidade. Os objetos, para Kant, são alvo de sensações que geram impressões. Daí, podemos observar que o jornalismo trabalha na busca objetiva de fatos, mas a construção do conhecimento jornalístico traz em si quase sempre um componente de idealismo e subjetividade, o que podemos enxergar em teorias como a do *gatekeeper*.

Kant acreditava que só podemos conhecer o mundo refratado através de quadros subjetivos que são desenhados pelo espaço e o tempo. Em outras palavras, os limites do nosso conhecimento estão no nosso entendimento dos fenômenos, e não no “estado de coisas”, que Sodré (2009, p. 28) denomina como “mundo dos fatos”, dizendo que “(...) é o mundo da experiência empírica, isto é, de relações contingentes, do fenômeno que pode acontecer ou não, fora de qualquer ordem necessária.” Por isso, Kant não faz uma distinção entre fatos e coisas.

O jornalismo, assim como a ciência, reivindica seu papel de mediador da realidade. Daí, a importância crucial do entendimento do conceito de fato para além de seu uso impreciso na linguagem cotidiana, como aquelas definições que traduzem que se algo é um fato, é porque “isso é óbvio”. Para Sponholz (2009, p. 57), “os conceitos diferentes de fatos levam a consequências também diferentes na maneira de tratar a relação entre o jornalismo e a realidade.”

Émile Durkheim (1858-1917) defende, sob sua perspectiva sociológica, que os fatos devem ser considerados como coisas. Por isso, o pensador francês considerava que todos os hábitos e maneiras de agir e de pensar são fatos sociais que determinam a forma como os indivíduos se comportam em uma sociedade. O pensamento funcionalista de Durkheim aponta para os fatos sociais como objetos diferentes daqueles utilizados por outras ciências, porque para ele os fatos são gerados na sociedade e não pela vontade ou ímpeto de cada indivíduo. O fato social seria, assim, maior do que o indivíduo, externo a ele e exerceria uma influência direta sobre cada um de nós. A princípio, tomando como base a perspectiva sociológica de Durkheim, podemos dizer que o jornalismo trabalha com fatos sociais. Mas, a nossa discussão não se resume somente a este entendimento.

Os fatos podem ser definidos tanto do ponto de vista ontológico (daquilo que existe), como do ponto de vista epistemológico (daquilo que se conhece). “A estas duas dimensões podem acrescentar-se ainda a dimensão comunicativa” (SPONHOLZ, 2009, p. 57). Walsh (1943), (citado por Sponholz, 2009, p. 58), parte de uma concepção empirista para dizer que a proposição sobre o fato nada mais é do que o seu equivalente epistemológico. No sentido ontológico, o fato é a realidade, o ser, o dado bruto. “Do ponto de vista epistemológico, o fato é “the acknowledgment of the reception of a content given to the volitional self from some source beyond<sup>4</sup>. (WALSH, 1943, p. 649).

---

<sup>4</sup> Numa tradução livre: “o reconhecimento da recepção de um conteúdo dado ao *eu* volitivo de alguma fonte externa”.

“Fato” é uma palavra que deriva do latim *factum*, participo do verbo *facere*, que significa *fazer*. Austin (1961) entende os fatos como “alguma coisa no mundo” (“something in the world”), que pode ser tomado como uma ação ou evento real passado, portanto, o fato como equivalente a uma verdade é uma conexão comparativamente tardia.

Langer (1933, p. 180 citado por SPONHOLZ, 2009, p. 57), baseando-se em Wittgenstein, “ressalta a necessidade de diferenciar entre *a*) a suposição de que o mundo real consiste de fatos e *b*) a de que uma proposição que copia a estrutura de um fato o expresse através da denotação direta dos seus constituintes nos respectivos constituintes da proposição.” Assim, uma declaração sobre uma coisa não pode ser a coisa em si. Segundo Sponholz (2009, p. 57), “Isto significa que toda proposição é uma figura, uma imagem de um fato, ou seja, algo mediado por um sujeito conhecedor.” No caso, o jornalista é este sujeito que nos ajuda a entender o acontecimento, ou parte dele, já que, de acordo com Langer (1933), nenhuma proposição pode traduzir a realidade em todos os seus componentes, pois reduz a sua complexidade. Sponholz (2009, p. 58), pontua que “Langer ressalta ainda que um fato é uma perspectiva de um evento. Tal perspectiva é expressa em uma declaração ou proposição, desde que esta seja verdadeira.”

O que mais nos interessa em nossa discussão neste artigo, entretanto, é o fato como um tipo de declaração, um ato comunicativo. Retomando a ideia inicial deste artigo, sobre a frase atribuída a Aristóteles, “contra fatos não há argumentos”, é importante que se diga que, se não há argumentos, podemos entender que não existe possibilidade de verificação. Por isso, muitos – equivocadamente – passaram a tratar fatos como algo natural ou óbvio. Mas, se assim o for, a informação de que um *prédio público foi invadido por terroristas* só será verdadeira se for verificada? Não existiria a possibilidade de argumentação? Para Sponholz (2009, p. 59), “Os fatos de Aristóteles são um tipo de declaração, um ato comunicativo.”

Tal postura suscita a outra provocação exposta pela própria Sponholz (2009, p. 59): “Se os fatos existem independentemente da comunicação, ou seja, se eles têm um status ontológico próprio, isto tem sido objeto de muita discussão e remete ao debate sobre a existência de um mundo exterior e a possibilidade de conhecê-lo.” Ericson (1998) não separa a comunicação da realidade. Para o autor não existe a ideia de que a realidade vem primeiro e depois a comunicação. Segundo Ericson (1998, p. 84), “A comunicação participa da formação e mudança da realidade.”

Como resume Sponholz (2009), fato tem várias maneiras de ser definido, que variam conforme o nível de referência com a realidade, seu *status* ontológico ou epistemológico ou a sua função comunicativa. “Tais definições não se referem necessariamente ao mesmo objeto, de forma que independem uma da outra. Assim, uma declaração descritiva não é necessariamente verdadeira, ou seja, nem sempre corresponde à realidade.” Por isso, a informação “prédio público invadido por terroristas” pode não ser verdadeira. Uma proposição sobre um acontecimento (definição epistemológica) não pode ser o acontecimento em si (definição ontológica).

Por fim, é importante nos atermos aos argumentos sobre as diferenças entre notícias, fatos e acontecimentos. O termo notícia pode ser entendido como tudo aquilo que merece a atenção do jornalista ou, simplesmente, como um formato de texto. Vista assim, é algo que não tem existência própria, mas que depende da construção do jornalística que a produz.

Para Sponholz (2009, p. 61), “Acontecimentos são frequentemente utilizados como sinônimos de fatos quando se trata de falar de algo que ocorre no mundo exterior a nós. Esta definição de acontecimento se iguala à do fato no sentido ontológico. No entanto, nem todo fato é um acontecimento.” Para a autora, em primeiro lugar devemos diferenciar entre fatos como matéria-prima e fatos como produto do jornalismo. Como matéria-prima do jornalismo, os fatos significam um recorte da realidade. O jornalismo, assim, produz notícias que falam de um relato de fatos (dimensão ontológica). Em segundo lugar, analisar os fatos como produtos do jornalismo é eliminar as definições ontológicas. A realidade produzida e oferecida pelo jornalismo é, a priori, secundária. Como lembra Sponholz (2009, p. 63), “Nenhuma notícia contém dados crus, mas sim proposições sobre a realidade.”

Para Quéré (2005, p. 61), os acontecimentos se distinguem por serem situados no tempo e no espaço, rompendo a continuidade da experiência e, portanto, “não é algo no mundo, como o fato” (sentido ontológico). É sobre acontecimento que iremos discorrer no próximo capítulo.

### **Acontecimento: abordagens**

Autoras como França; Lopes (2017) e Simões (2012) reafirmam que o conceito de acontecimento é atravessado por vários contextos com diversos significados, assim

como para vários pesquisadores, com o objetivo de nortear vastos problemas de pesquisa. Simões (2012), por exemplo, nos mostra que esses acionamentos estão fortemente focados nos estudos de jornalismo, e simultaneamente o conceito é empregado na investigação de narrativas desenvolvidas por produtos audiovisuais, como documentários.

Mas, não só na narrativa comunicacional, como também na construção social histórica a partir de temporalidades – presente, passado e futuro – o acontecimento também se configura como um objeto de estudo (Koselleck, 2006).

Nesse jogo dos tempos, Koselleck (2006) pontua que a história do presente sempre se manifesta a partir da experiência e da expectativa, duas categorias interdependentes e complementares que, para o autor, constituem nossa sensibilidade do tempo ao estudar ou a vivenciar um evento histórico. (FRANÇA; LOPES, 2017, p. 74)

Silva (2012) nos mostra que a questão do acontecimento é evocada também sob uma abordagem antropológica e cultural. Dessa forma, o conceito é tido em termos de ritual, fundamentalmente televisivo. A autora usa como exemplo o trabalho de Elihu Katz (1999), que se propôs a investigar as especificidades do que ele chamou “acontecimento mediático” (*media event*). Uma tipificação de acontecimento diferente dos chamados “pseudo-acontecimentos” - uma noção trazida por Daniel Boorstein em 1961 para conceituar os acontecimentos forjados apenas para serem notícias, criados organizadamente para serem midiáticos. De acordo com Katz, os “acontecimentos mediáticos”, têm total possibilidade de acontecer mesmo sem a presença das mídias, ainda que possam sofrer mutações nesse processo de transmissão (SILVA, 2012).

Os autores Daniel Dayan e Elihu Katz (1994) empenharam seus esforços para estudar como determinadas cerimônias e rituais (como uma coroação ou um casamento real ou de celebridade) são tratados pela mídia, especificamente, pela televisão, tomando forma de acontecimentos midiáticos. De acordo com esses pesquisadores, tais acontecimentos forjam uma visão idealizada de sociedade, prestigiando determinados valores e aspectos fundamentais da memória coletiva (1994, p. 11). Dayan e Katz focaram nesses espetáculos e manifestações estrondosas, que conseguem interromper uma grade televisiva, pois são programados e planejados com antecedência para irem ao ar ao vivo por alguns canais. A preocupação dos autores está em diferenciar esse tipo de acontecimento (que se mostra como um gênero televisivo) dos acontecimentos noticiosos

que marcam a cena midiática rotineiramente, como um rompimento de uma barragem, a queda de um avião, ou uma tentativa de assassinato de um presidente, ou candidato.

Apoiando-se em Quéré, Simões (2012) aponta que o risco nesse tipo de abordagem é a desconsideração que o contexto temporal dos acontecimentos sofre. Devido ao fato de que, nessa perspectiva, o ritual “é entendido como uma entidade atemporal, como um dispositivo repetitivo e cerimonial que pode orientar a apreensão dos acontecimentos pela mídia” (p. 84). Quéré (1997) nos atenta sobre a dificuldade de se apreender tais ocorrências apenas sob um viés ritualístico e atemporal, deixando de lado toda a questão temporal dos acontecimentos, que reverberam no cotidiano e se impõem dentro do espaço-tempo.

Molotch e Lester (1999) empregaram a noção de acontecimento ao abordarem as “ocorrências que são criativamente utilizadas” ao marcarem o tempo, então, sua relevância seria intrínseca a este poder de referência temporal para as pessoas na organização da experiência.

Retornando a perspectiva comunicacional ligada ao acontecimento, Simões (2012) cita alguns autores que utilizaram da temática.

Pontes e Silva (2010), por exemplo, investigam a relação entre acontecimento jornalístico e história, enquanto o trabalho de Vogel (2010) procura refletir sobre acontecimento na interface entre jornalismo e arte. Entretanto, grande parte dos estudos ligados ao jornalismo procura compreender e desvendar as especificidades do acontecimento jornalístico e a lógica de constituição da notícia. (SIMÕES, 2012, p. 81).

Acontecimento é acionado para tratar de produção da realidade, e essa produção ocorre através da mídia por meio de notícias, assim notícia e acontecimento são constantemente imbricados para melhor compreensão dessa produção da realidade. Nesse desenvolvimento encontra-se os acontecimentos sociais. “As notícias ‘como a construção social da realidade’.” (MEDITSCH, 2010, p. 21). Sendo assim, o acontecimento é apreendido como aquilo que toma forma de notícia, ou seja, é acontecimento o que é narrado pelo jornalismo.

Sob tal perspectiva, é possível perceber uma grande semelhança entre acontecimento e notícia, isso é o que a visão de Alsina sugere: “Os acontecimentos chegam a nós através da mídia e são construídos através de sua realidade discursiva.” (ALSINA, 2009, p. 46).

No entanto, os acontecimentos sociais não são objetos que se encontram já prontos em alguma parte da realidade, esperando apenas para serem capturados e serem transformados em notícia pelos meios de comunicação. Esse processo de transformação é onde se encontra a construção da realidade que, sendo construída, não pode ser entendida como algo dado. Os acontecimentos sociais, portanto, “só existem na medida em que esses meios os elaboram. [...] Os meios informativos são o lugar onde as sociedades industriais produzem nossa realidade” (VERÓN, 1995, p. II citado por MEDITSCH, 2010, p. 21-22).

De acordo com Mouillaud (2002b, p. 56), o acontecimento é “a modalidade transparente da informação; aquilo que, então, aparece como figura é seu objeto: os acontecimentos aos quais se refere a informação formam o mundo que se supõe real.”

França e Lopes (2017) ao perceberem o conceito em outras áreas, afirmam que autores como a filósofa Hannah Arendt, e os filósofos Michel Foucault e Paul Ricoeur “trazem contribuições significativas para tratar do conceito e veem no acontecimento uma chave para a compreensão de aspectos distintos das relações humanas” (FRANÇA; LOPES, 2017, p. 74). As autoras ainda destacam o uso do acontecimento como “fenômeno linguístico e manifestação social por meio da narrativa e do discurso” (p. 74) por parte desses filósofos.

Quéré (1997) nomeia tal perspectiva do acontecimento de construtivismo e, segundo ele, sua base versa sobre a noção de que os acontecimentos que a mídia nos mostra não são as imagens fiéis do que passa no mundo, mas sim um produto de um complexo processo social, e socialmente regulado, “de dar forma a, de encenar e de dar sentidos às informações, isto é, de descrições de ocorrências ou de situações” (QUÉRÉ, 1997, p. 416).

França e Lopes (2017), ancoradas nesse pensamento de Quéré (1997) e de Simões (2012), reforçam as abordagens de cunho construtivista do acontecimento, ou seja, o percebem como um objeto majoritariamente da linguagem e do pensamento humano, desprivilegiando a dimensão existencial e factual do acontecimento. As autoras apontam a necessidade de uma visão pragmatista para apreender melhor a temática do acontecimento.

De acordo com Quéré, o construtivismo pode se apresentar de dois tipos: um radical e um moderado. Em sua abordagem radical o acontecimento é tido como “um puro artefato mediático” (1997, p. 417); portanto, ele não é percebido como uma

ocorrência na sociedade, mas sim como um esquema de projeção e de representação de uma realidade forjada pela mídia. Já a perspectiva moderada versa que o acontecimento está nos processos de desenvolvimento das notícias, tendo noção do papel das empresas e da própria linguagem jornalística nesse procedimento.

Esse tipo de abordagem tem o mérito de evidenciar que os acontecimentos são sempre construções, não existem como dados a priori. Entretanto, ela toma o acontecimento como sendo apenas o relato disponibilizado através das notícias, negligenciando uma dimensão central que é a ocorrência dele na experiência dos sujeitos. (SIMÕES, 2012, p.83).

Focando no desenvolvimento de tipologias, surgem outras reflexões sobre a temática. Tendo como ponto inicial o pressuposto de que todos têm necessidade/direito de informação, Molotch e Lester (1997) desenvolveram uma classificação dos acontecimentos públicos em quatro tipos: 1) *acontecimentos de rotina*, tidos como ocorrências planejadas que ganham o nome de acontecimentos através dos meios jornalísticos, como uma conferência de imprensa; 2) *acidentes*, são ocorrências originadas de erros, falhas e catástrofes, não são intencionalmente promovidos como acontecimento, mas alcançam tal patamar por surgir como uma ruptura na ordem das coisas na sociedade em geral; 3) *escândalos*, essa categoria é semelhante com a anterior em sua origem, no entanto sua chegada ao nível de acontecimento é intencionada pelos agentes da notícia.; 4) *acasos felizes*, diferente da categoria de acidentes, os acasos felizes resultam de “boas notícias” e alcançam a esfera do acontecimento por meio jornalístico. Os autores tiveram como objetivo compreender algumas estratégias de construção da realidade através dos meios que concentram o poder de orientar a experiência do público a quem se dirige, por meio desses diferentes acontecimentos que marcam presença na esfera da mídia.

Seguindo as reflexões que tipificam o conceito, Charaudeau (2006) nos apresenta três tipos de acontecimentos, conforme o seu modo de veiculação: 1) *acontecimento-acidente*, tido como algo inesperado; 2) *acontecimento programado*, algo planejado de acordo com um calendário organizador da vida da sociedade, como uma eleição; e 3) *acontecimento suscitado*, algum episódio provocado por alguma organização ou campo que busca na mídia uma visibilidade tamanha para alçar o nível de acontecimento. Para o autor, esses tipos de acontecimentos reverberam no mundo e são determinados pelo

discurso midiático, tendo diversos critérios, para que sejam promovidos para a sociedade ou parte dela.

Nessa perspectiva, França e Lopes (2017) mostram Quéré (2011) afirmando que “seja antes ou depois de um processo de simbolização pela linguagem, os acontecimentos são vistos como ocorrências no mundo material que promovem a afetação dos nossos sentidos” (FRANÇA; LOPES, 2017, p.75). As autoras então, apoiadas em Quéré (2011), endossam o acontecimento sob uma visão pragmatista, ou seja, são ações reais que de fato aconteceram até mesmo antes do discurso. Essa questão da reverberação do acontecimento, vista como uma força inesperada irrompe, desorganiza e (re)organiza o social (FRANÇA; LOPES, 2017). É esse aspecto sobre o acontecimento que mais nos interessa neste trabalho.

As autoras apontam que o acontecimento, como interrupção da rotina, “faz emergir sentidos, discursos e simbolizações na busca de compreendê-lo, defini-lo, apreendê-lo e narrá-lo” (FRANÇA; LOPES, 2017, p.76). Elas denominam tal capacidade do acontecimento de poder hermenêutico.

De acordo com Quéré (2005), as ciências sociais negligenciam o lugar do acontecimento na estruturação da experiência, devido a duas questões básicas. A primeira tem a ver com como a relação da ação de indivíduos, suas razões e interesses não estão ligados ao acontecimento que provoca mudanças no percurso de organização da experiência. Em outras palavras, percebem as atitudes dos sujeitos em decorrência das mudanças nas situações que se apresentam em sua rotina e não por razões predefinidas. Já a segunda questão é sobre ter o acontecimento principalmente como parte da categoria da verdade e tendo como base um esquema de causalidade.

Contrariando essa negligência, o autor traz uma proposta que visa pensar o acontecimento como “um fenômeno de ordem hermenêutica: ele pede para ser compreendido, e não apenas explicado, por causas; por outro lado, ele faz compreender as coisas, tendo, portanto, um poder de revelação” (Quéré, 2005, p. 60). Quéré vê o acontecimento como algo que tem capacidade de causar um rompimento no fluxo da experiência individual ou coletiva, que afeta os sujeitos ao passo que também é afetado por eles, e é dotado de um poder de esclarecimento, ao desenvolver condições para entender o passado que possibilitou sua ocorrência e trazer à tona novas possibilidades em relação ao futuro e uma nova organização da experiência. Se embasando nisso, Silva (2012) afirma que o acontecimento é composto por um poder hermenêutico no que se

refere à sua capacidade de se dar a ver como um fenômeno que cria novos requisitos para conceber a realidade e todas as questões que são reveladas com o seu aparecimento.

Tendo a perspectiva de Quéré como base, Simões (2012) afirma que esse relacionamento entre sujeitos e acontecimentos é demarcada pela *assibilidade* que caracteriza todo e qualquer acontecimento na sociedade. Segundo Quéré,

O verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém. Se ele acontece a alguém, isso quer dizer que é suportado por alguém. Feliz ou infelizmente. Quer dizer que ele afecta alguém, de uma maneira ou de outra, e que suscita reacções e respostas mais ou menos apropriadas (QUÉRÉ, 2005, p. 61).

Dessa forma, os sentidos aflorados pelo acontecimento provocam uma via de mão dupla afetando e sendo afetados. No entanto, essa afetação tem validade temporal, e está totalmente ligada ao tempo de duração do acontecimento. Porém, um acontecimento não se encerra de forma empírica, seus desdobramentos podem romper sua lógica de ocorrência. O tempo de duração pode “ultrapassar os limites estritos da ocorrência espaço-temporal, não coincidindo com a sua ocorrência empírica” (QUÉRÉ, 2000, p. 11).

Justificando sua duração no tempo-espaço, Quéré infere que o acontecimento “dura o tempo que dura a atualização de seu potencial de criação de intrigas, de revelação de possíveis ou de modificação de situações, assim como de afetação [...] daqueles a quem ele acontece” (QUÉRÉ, 2000, p. 11).

Silva (2012) afirma ainda a capacidade pragmática do acontecimento, pois ele provoca e é provocado por ações e reações de sujeitos ou sociedades que sofrem a afetação do acontecimento, ao passo que esses indivíduos se apropriam dessas reverberações. É justamente por meio dessa apropriação que o acontecimento é individualizado, e assim ele é dotado, agora, de uma identidade e significação próprias.

Dessa maneira, continua o autor, o acontecimento já não é apenas uma ocorrência na sociedade, passível de explicações através de contextos e causas. Uma ocorrência se apresenta no tempo e no espaço e traz consigo, nesse processo, recordações, expectativas e antecipações, podendo, então, ser apreendido pelo antes, pelo passado. Já um acontecimento não abre espaço para ser datado como um fato no mundo. O acontecimento não precisa de permissão ou lógica aparente para ocorrer, ele sobressai às expectativas, pois se apresenta pela experiência que impõem aos seus afetados, podendo ser individualizado tendo seus próximos passos, seu futuro para dar a ver suas reverberações.

Reafirmando, que o acontecimento permanecerá “acontecendo” enquanto continuar promovendo afetações individuais e/ou coletivas.

Dessa forma, podemos entender que o acontecimento não tem o mesmo ritmo temporal do fato, que exige sempre uma elaboração intelectual, mas que ele transborda pelo tempo e também pelo espaço, cuja dimensão está no seu poder de afetação. Ele pode suscitar efeitos para além de seu espaço de ocorrência. Ao passo que, perpassa passado e futuro, trazendo novos recursos para interpretar o antes, que já pôde ter sofrido alteração com sua chegada, e o por vir, emprestando maneiras para compreender o próprio acontecimento a partir das suas consequências, das situações reveladas e das respostas que ele levanta e constrói (SILVA, 2012).

Um acontecimento pode ser composto por diversas ocorrências ou micro-acontecimentos, com distintas questões de espaço e tempo, enrolados numa linha de embates e disputas que coexistem e/ou se sobrepõem, contudo continuam totalmente capazes de ser entendidos e vistos pela sua conjuntura além das partes, pois tudo isso é e faz parte do acontecimento em si.

Sodré (2009, p. 33), buscando uma compreensão da notícia, busca a hipótese de Mouillaud (2002), que diz que “o acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito de fato”. Essas sombras respondem, segundo diversos autores, como Morin, Thom e Ricoeur, aos critérios dos valores-notícia, tais como: singularidade, improbabilidade, unicidade e pregnância, dentre outros.

Grande parte do valor e do significado de um acontecimento, segundo Quéré, se origina nessa capacidade de esclarecimento sobre o contexto ao qual ele se insere, da sua rica contribuição para o entendimento e desenvolvimento de “uma intriga mais ampla” que o acontecimento faz parte. Essa intriga, a qual o autor se refere é explicado por ele não só como uma ação ou uma história sobre uma determinada temática, é algo em torno de problemas ou situações complicadas que, quando expostas, desencadeiam estudos com objetivo de analisá-la e resolvê-la (QUÉRÉ, 2005).

Outro aspecto importante é o que trata da narrativa do acontecimento, um procedimento que versa sobre a organização de contar sobre o acontecido, o que acabou por inserir o acontecimento numa linha temporal, relacionando-o com o passado e o futuro no desenvolvimento de toda uma construção jornalística. A narração é o diálogo dos diversos momentos de um acontecimento. É o forjar de sua temporalidade, usualmente feita através de seu final, ao passo que se tem a possibilidade de perceber um

ponto final, mesmo que provisório. Quando se tem um término ou um novo acontecimento é que se pode reduzir a indeterminação de um acontecimento, tendo então como “fixá-lo sob uma descrição”, entre diversas possibilidades, e, então, narrá-lo.

A construção dessa narrativa que possa dar conta de uma realidade é o que Aristóteles entendia como mimese, que seria um aproveitamento de aspectos da realidade para a produção de um discurso (narrativa) que seja semelhante ao mundo, não uma “imitação” dele. Esse olhar recortado (ou editado) sobre a realidade, é o que Erving Goffman denomina de *framing*, ou seja, enquadramentos.

Segundo Goffman, quadros (ou *frames*) são “os princípios de organização ou elementos de base que estruturam os acontecimentos, ao menos os sociais, e que servem para definir a situação e a nossa implicação” (GOFFMAN, 1991, p. 19). O autor fala que esses quadros são primários, pois quando na prática, eles não estão relacionados a uma interpretação prévia ou originária do acontecimento em questão. O quadro primário nos permite, em específicas situações trazer sentidos e significados a especificidades desta situação, e isso é impossibilitado de outra maneira. De acordo com Goffman, nós vemos os acontecimentos por meio dos vários tipos de quadros primários que acionamos, o tempo todo, eles trazem a resposta a pergunta: “o que está acontecendo aqui”? (GOFFMAN, 1991, p. 34).

A reflexão de Goffman não se refere especificamente a imprensa, mas a questões relacionadas às interações sociológicas, mas nos ajuda a entender como esses *frames* podem estar presentes em diversas cenas cotidianas, como em um partido político ou em uma associação civil, sem que nos demos conta deles como acontecimentos midiáticos.

### **Considerações finais**

Mesmo que o acontecimento ocorra fora mídia, como vimos, na contemporaneidade, é ela quem, através do jornalismo, reivindica esse lugar de mediador da realidade social. É a mídia quem escolhe, transforma e exhibe o que considera importante para o conhecimento da sociedade na qual está inserida. Portanto, não podemos negligenciar o papel e o lugar da mídia nesse processo.

Entretanto, como ressalta Simões (2012), não podemos ignorar aquilo que escapa e transborda do dispositivo midiático, bem como os públicos que são convocados e que convocam para os diversos posicionamentos desencadeados pelos acontecimentos. Da

mesma forma, não podemos ignorar que o jornalismo representa um papel decisivo na leitura e construção dessa realidade, inclusive, através de suas constatações e argumentos consegue criar novos acontecimentos. Assim, podemos entender que a notícia é que transforma fatos em acontecimentos e a mídia é um espaço privilegiado onde os acontecimentos reverberam, através de uma narrativa própria que procura abordar, inclusive, os seus desdobramentos.

O jornalismo, mesmo que não esconda a sua subjetividade no embate do poder (ou poderes) pelo lugar de mediador das representações sociais, não foge de sua objetividade de compromisso social. Por isso, condena ao banimento moral toda forma de tentativa de burlar a narrativa mais próxima possível da realidade, como autores das famigeradas *fake News* ou aqueles que promovem o sensacionalismo. Por isso, a objetividade está ligada diretamente à responsabilidade social do jornalista, que ultrapassa qualquer outro interesse que por ventura venha reivindicar esse direito.

Por fim, podemos dizer que o jornalismo continuará a se basear na narrativa dos fatos, sejam eles ontológicos ou epistemológicos, sempre sob uma dimensão comunicacional. Os acontecimentos também continuarão a ser construídos na produção jornalística, mas só terão valor como notícia se apresentarem fatos que sustentem valores-notícias como os apontados nesse artigo.

## Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009 citado por MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. (Org.) Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 19-42.

CHARAUDEAU, Patrick. **A construção da notícia: um mundo filtrado**. In: CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2006. p. 131-142.

COSTA, Ida Cristina & JON-SAMUEL, Kristopher. **Fatos jornalísticos, acontecimentos e discursos: reflexões sobre os cadernos de polícia**. Revista Movendo Ideias. V. 20, nº 02 (2015). Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/Movendo-Ideias/article/view/926>. Acessado em: 30/06/2021.

ERICSON, R. V. How journalists visualize fact. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, vol. 560, nº 1, pp. 83-95. (1998).

FRANÇA, Vera; LOPES, Suzana. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. **MATRIZES**. V.11 - Nº 3 set./dez. 2017 São Paulo - Brasil

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2012.

KATZ, Elihu. Os acontecimentos mediáticos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Comunicações e Linguagens. Lisboa. Ed. Veja. 2 ed. 1999. p. 52-60.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LANGER, S. K. Facts: the logical perspectives of the world. **The Journal of Philosophy**, vol. 30, nº 7, pp. 178-187. (1933).

MEDITSCH, Eduardo. **Jornalismo e construção social do acontecimento**. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. (Org.) **Jornalismo e Acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 19-42.

MOLOTCH, Harvey e LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Comunicações e Linguagens. Lisboa. Ed. Veja. 2ª edição, 1999. pp. 34-51

MOUILLAUD, Maurice. **Da forma ao sentido**. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O Jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2002a. p. 29-35.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. **Sobre o facto e o acontecimento**. *Trajectos*, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 95-100, 2005.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Acontecimento jornalístico e história. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. (Orgs.). **Jornalismo e Acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 43-61.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, nº 5, pp. 59-75. (2005).

QUÉRÉ, Louis. **L'événement**. Introduction. In: BEAUD, Paul et al. (Orgs.). *Sociologie de la communication*. Paris: Réseaux / CNET, 1997.

SILVA, Terezinha. **A constituição simbólica de um acontecimento**: uma análise do processo de individualização do “Mensalão”. Belo Horizonte/MG, Universidade Federal de Minas Gerais. Tese de doutorado. 2011.

SIMÕES, P. G. **O acontecimento Ronaldo**: a imagem pública de uma celebridade no contexto social contemporâneo. 2012. 283 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

SPONHOLZ, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o jornalismo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 56-69, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/viewFile/2642/1683>. Acessado em: 1º/07/2021.